

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO TERAPÊUTICO NA REDE PÚBLICA

Coordenador: ANALICE DE LIMA PALOMBINI

Autor: PEDRO SANCHEZ SOARES

O Programa de Acompanhamento Terapêutico na Rede Pública, vinculado ao Instituto de Psicologia da UFRGS, teve origem, em 1996, junto ao CAPS CAIS Mental Centro, da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre, consolidando-se como projeto continuado de extensão universitária a partir de 1998, articulado à experiência de estágio curricular e à atividade de pesquisa, em parceria com serviços da rede municipal e estadual de saúde, visando a construção de novos modos de encontro entre a instituição de atendimento em saúde mental e seus usuários, através da ferramenta do acompanhamento terapêutico: modalidade da clínica que se propõe a acompanhar um sujeito no seu cotidiano, favorecendo a sua circulação social e a ampliação de seus laços e possibilidades de vida. A cada ano, o projeto reúne um grupo significativo de estudantes do curso de psicologia que, ao longo de dez meses, realizam acompanhamento terapêutico de um usuário dos serviços de saúde mental da rede pública conveniados ao projeto, contando com um espaço semanal de supervisão do trabalho na universidade, além da participação nas reuniões de equipe, supervisão local e interconsultas, bem como a possibilidade de inserir-se nas atividades cotidianas do serviço. Cabe ressaltar que a experiência a que este Projeto deu curso somente pôde realizar-se no contexto de uma política de saúde mental implicada com a consolidação da reforma psiquiátrica. Implantada a partir dos anos 90, visando a conquista de cidadania para aqueles que por muito tempo estiveram confinados a uma morte em vida no interior dos manicômios, a Reforma Psiquiátrica Brasileira pôs em obra a criação, em municípios de todo o país, de uma série de dispositivos e serviços substitutivos ao manicômio − Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), Oficinas de Geração de Renda, Residências Terapêuticas −; buscando sua articulação em rede com outros níveis de atenção em saúde e mesmo com outros campos das políticas públicas (educação, assistência social, trabalho, cultura). Em que pese o muito que há ainda para avançar na constituição desses serviços, os resultados já obtidos têm-se mostrado bastante positivos, dando mostras da potência de transformação contida na política de reforma consolidada a partir do SUS. Contudo, impõe-se ainda, como desafio nesse processo, a formulação e aperfeiçoamento de estratégias clínico-políticas, com ênfase nas ações intersetoriais, articuladas às redes

de inclusão social e de garantia dos direitos humanos; sobretudo, é preciso fomentar a experimentação dessas estratégias nas formações universitárias, nos percursos de graduação das profissões da saúde, articulando a gestão do trabalho à educação em saúde na perspectiva requerida pelas políticas públicas preconizadas pelo SUS. O Acompanhamento Terapêutico − entendido como uma "clínica sem muros", que se realiza no espaço urbano, entre lugares − surge, nesse contexto, como uma das estratégias a explorar. Ele é emblemático do contágio das disciplinas psi com o espaço e tempo da cidade, no momento em que a reforma psiquiátrica impõe o deslocamento de seus profissionais, do âmbito fechado do hospital, para o espaço aberto e múltiplo da cidade. Valendo-se da perspectiva metodológica da pesquisa-intervenção, o Programa de Acompanhamento Terapêutico na Rede Pública acompanha os desdobramentos dessa intervenção (acompanhamento terapêutico) nos seus três âmbitos de incidência: na relação com os usuários indicados por cada serviço para serem acompanhados, com foco nas estratégias de interação com o meio e constituição de modos de vida; na relação com as equipes dos serviços em que se atendem esses usuários, com foco na problematização dos demais dispositivos em uso bem como nas composições de que se vale a equipe para responder ao que lhe é demandado; na relação com o processo da reforma psiquiátrica em curso, com foco no funcionamento da rede e nas formas como as comunidades locais respondem à desinstitucionalização da loucura. Até o momento, somados dez anos de funcionamento, este Projeto propiciou, a mais de cem estudantes de graduação do curso de psicologia, a iniciação de sua prática clínica no contexto dos serviços substitutivos, tendo a cidade como setting terapêutico. Beneficiou, assim, um número equivalente de usuários desses serviços e suas redes familiares, possibilitando a ampliação de seus laços sociais e reduzindo o número de internações psiquiátricas. Ao mesmo tempo, fez-se acompanhar de efeitos institucionais importantes, ao trazer, para dentro do serviço, um conjunto de informações novas, relativas ao contexto da vida cotidiana daquele usuário, implicando um outro olhar sobre o mesmo, exigindo da equipe reposicionar-se com respeito ao caso e na relação entre seus membros, como coletivo de trabalho. O Projeto tem tido uma repercussão extremamente positiva junto aos serviços com que interage, atendendo, não somente à demanda dos serviços especializados da rede municipal, mas também, em momentos diversos, à proposta de desinstitucionalização do Hospital Psiquiátrico São Pedro (em 1999), ao Serviço Residencial Morada São Pedro, vinculado ao mesmo Hospital (em 2005 e 2006), à interface com as escolas especiais da rede municipal de educação (em 2002 e 2003), ao CAPS e Ambulatório de Esquizofrenia do Hospital de Clínicas de Porto Alegre (em 2001 e 2004), à Clínica de Atendimento Psicológico da

UFRGS (1999, 2000, 2001 e 2005), à rede de serviços de saúde mental do município de Novo Hamburgo (2006), ao CIAPS do Hospital Psiquiátrico São Pedro (2005 a 2007) e ao Residencial Terapêutico Morada Viamão (2007). A experiência acumulada com esse projeto tem contribuído com a implantação de experiências similares, como os Cursos Básicos de Capacitação para o Acompanhamento Terapêutico, da Escola de Saúde Pública do RGS, voltados para trabalhadores do nível médio e básico da rede de serviços de saúde (em 2000, 2001 e 2002), a assessoria à equipe do Projeto Morada São Pedro (em 2002), e, ainda, o Projeto de Acompanhamento Terapêutico da Universidade Federal Fluminense (2005), com o qual foi estabelecida parceria, possibilitando o cotejamento da experiência que realizamos na cidade de Porto Alegre, junto a serviços da rede municipal e estadual de saúde, e a experiência levada a cabo pelo projeto da UFF, no contexto da rede pública de serviços de saúde mental em municípios do estado do Rio de Janeiro. A experiência do Programa de Acompanhamento Terapêutico na Rede Pública tem possibilitado, ainda, a produção de um número importante de artigos publicados em livros e revistas especializadas, participações em congressos e outros eventos, além de subsidiar pesquisas em nível de mestrado e doutorado. E a sua publicação na forma de livro (Acompanhamento terapêutico na rede pública: a clínica em movimento, ed. UFRGS, 2004) tem favorecido uma difusão maior e a multiplicação dessas experiências em outros municípios e estados do país. Os resultados deste Projeto vêm confirmar a potência do dispositivo do Acompanhamento Terapêutico: 1) como tecnologia clínico-política de atenção na rede pública de saúde mental condizente com a estrutura, função e dinâmica dos seus serviços substitutivos; 2) como estratégia de formação clínico-política tanto no âmbito universitário das profissões do campo da saúde como na educação continuada dos trabalhadores da rede; 3) como ferramenta útil ao processo de implantação e análise da Reforma Psiquiátrica.